



## LEITURA LITERÁRIA E ALFABETIZAÇÃO

Valnice Ferreira de Lima Costa (PGEDU-UEMS)<sup>1</sup>

José Antonio de Souza (UEMS)<sup>2</sup>

### Introdução

A leitura é uma atividade que se realiza individualmente, mas que se insere em um contexto social, envolvendo disposições atitudinais e capacidades que vão desde a decodificação do sistema de escrita até a compreensão e a produção de sentido para o texto lido. Abrange, pois, desde capacidades desenvolvidas no processo de alfabetização “*stricto sensu*” até capacidades que habilitam o aluno à participação ativa nas práticas sociais letradas que contribuem para o seu letramento.

Segundo Bourdieu (2001), a questão da leitura é um problema central em muitas ciências. Situações de leitura são historicamente variáveis. A leitura nem sempre foi individual; houve tempos em que as leituras eram coletivas e manipulavam o texto, enviesando seus argumentos e colocações. Os textos, quando são interrogados, transmitem uma informação sobre o seu modo de usar. “Há, portanto, uma maneira de ler o texto que permite saber o que se quer fazer que o leitor faça”. (BOURDIEU, 2001, p. 235).

Na Idade Moderna a prática da leitura no mundo ocidental está vinculada às evoluções históricas, à alfabetização, à religião e ao processo de industrialização. Para Chartier (2001), a grande revolução da leitura acontece pelo modelo escolástico da leitura, no qual o livro se transforma num instrumento de trabalho intelectual.

Chartier (2014, p. 21) em seu artigo “Ler a Leitura” cita a distinção que Paulo Freire faz entre os dois sentidos da palavra “ler”, sendo um sentido literal: ler letras, palavras, livros; e outro sentido metafórico: “Ler é, antes e depois da leitura do livro, “ler” o mundo, a natureza, a memória, os gestos, os sentimentos [...]”

---

<sup>1</sup> Aluna Regular do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade Universitária de Paranaíba, vinculada à linha de pesquisa *Linguagem, Educação e Cultura*. Docente da rede pública de ensino do município de Ilha Solteira/SP.

<sup>2</sup> Doutor em Letras pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), docente do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade Universitária de Paranaíba, vinculado à linha de pesquisa *Linguagem, Educação e Cultura*.

Definir o que é leitura não é uma tarefa muito simples. Leitura pode ser apenas a decodificação de letras e palavras, ou o ato de entender o que se lê. O ato de ler pode envolver a compreensão ou não.

Cada leitor, a partir de suas próprias referências, dá um sentido mais ou menos singular dos textos de que se apropria. Reencontrar esse “fora do texto” não é uma tarefa fácil, mas pode ser encontrado nas narrativas autobiográficas, ao longo de uma correspondência; dando-nos uma medida da distância entre leitores virtuais e aqueles de carne e osso; podendo também diferenciar as práticas, as habilidades leitoras, os estilos e uso do impresso. Ler aprende-se.

Para aprender a ler é preciso que o aluno se depare com escritos que gostaria de ler se soubesse ler. Que interaja com a diversidade de textos escritos, negocie o conhecimento que já tem e o que é apresentado pelo texto, o que está diante dos olhos e atrás e quando é auxiliado e incentivado por leitores experientes. (PCN, 1997).

Segundo Kleiman (2001), é durante a interação que o leitor mais inexperiente compreende o texto, e não durante a leitura em voz alta, nem durante a leitura silenciosa, mas durante a conversa sobre os aspectos relevantes do texto.

Barbosa (1994, p. 88) explica que “ler não é mais decodificar e o leitor não é mais o alfabetizado”. O leitor é aquele para quem cada nova leitura desloca e altera o significado de tudo o que ele já leu, tornando mais profunda sua compreensão dos livros, das gentes e do meio em que está inserido.

Para Cosson (2014, p. 40), “o ato de ler, mesmo realizado individualmente, torna-se uma atividade social”. Cosson divide a leitura em três etapas de um processo linear (ou três modos de compreender um texto). A primeira etapa, a *antecipação*, consiste nas várias operações que o leitor realiza antes de penetrar no texto. A segunda etapa, a *decifração*, quando entramos no texto por meio das letras e das palavras. Na terceira etapa, denominada *de interpretação*, o autor restringe seu sentido às relações estabelecidas pelo leitor quando processa o texto.

Baseado nessa divisão, Cosson afirma que “o letramento literário precisa acompanhar, por um lado, as três etapas do processo de leitura e, por outro, o saber literário”.

Para Chartier (2001), as interpretações e significações de um texto dependem das formas e das circunstâncias pelas quais os textos são apropriados e recebidos por seus leitores. Um texto pode ser revestido de uma significação e de um estatuto inéditos quando mudam os suportes que o propõem à leitura. Os textos não são lidos da mesma forma. Ler, além de ser

uma competência cognitiva, também está enraizada em experiências individuais e comunitárias.

A compreensão dos textos pela criança é a meta principal do ensino da leitura. Ler com compreensão inclui, além da compreensão linear, a capacidade de fazer inferências. A compreensão linear depende da capacidade de construir um “fio da meada” que unifica e inter-relaciona os conteúdos lidos, compondo um todo coerente. Por exemplo, ao acabar de ler uma narrativa, ser capaz de dizer quem fez o quê, quando, como, onde e por quê. Já a capacidade de produzir inferências diz respeito ao “ler nas entrelinhas”, compreender os subentendidos, os ‘não ditos’, à realização de operações como associar elementos diversos, presentes no texto ou que fazem parte das vivências do leitor, para compreender informações ou inter-relações entre informações que não estejam explicitadas no texto.

Como a capacidade de compreensão não vem automaticamente, nem plenamente desenvolvida, precisa ser exercitada e ampliada em diversas atividades, que podem ser realizadas antes mesmo que as crianças tenham aprendido a decodificar o sistema de escrita. O professor contribui para o desenvolvimento dessa capacidade dos alunos quando atua como mediador no processo de alfabetização e letramento.

O texto, sem a figura do leitor, do ponto de vista da leitura, não existe, e a leitura é uma ação que acontece através da interação entre ambos. Texto e leitor dialogam e, nessa conversa, nessa intimidade, se contam, se revelam, se significam. Ler é, pois, um ato potencializado pelos desdobramentos que pode gerar ao leitor.

## **1. Leitura literária**

Literatura origina-se da palavra latina *littera*, que significa letra. Mas, o homem sempre se manifestou artisticamente a partir da palavra, mesmo quando ainda não havia a escrita, por meio da expressão oral. Se literatura é a arte através da palavra, podemos dizer que ela é um instrumento de comunicação e, por isso, cumpre o papel social de transmitir os conhecimentos e a cultura de uma sociedade.

An. do Semin. em Educ. e Colóq. de Pesq., Paranaíba, MS, 2017, ISSN: 2446-6069

An. do Semin. em Educ. e Colóq. de Pesq., Paranaíba, MS, 2017, ISSN: 2446-6069

Apesar de estar ligada a uma língua, que lhe serve de suporte, a literatura não está presa a ela. Faz uso da língua, chegando a revolucionar suas regras e os sentidos das palavras no texto.

O texto literário pode ser o ponto de partida para a compreensão do mundo, pois a linguagem literária amplia a capacidade de compreensão, uma vez que estamos rodeados de linguagem.

A concepção de Roland Barthes (1978) de que literatura é a utilização da linguagem que não se submete ao poder, deve-se ao fato da linguagem literária não necessitar de regras para se fazer compreender.

Candido (1972, p. 53) constrói seu conceito de literatura:

A arte, e portanto a literatura, é uma transposição do real para o ilusório por meio de uma estilização formal da linguagem, que propõe um tipo arbitrário de ordem para as coisas, os seres, os sentimentos. Nela se combinam um elemento de vinculação à realidade natural ou social, e um elemento de manipulação técnica, indispensável à sua configuração, e implicando em uma atitude de gratuidade.

Acima, Candido (1972) considera a presença de um elemento de manipulação que é fator determinante para a classificação de uma obra como literária ou não. Esse elemento é a linguagem classificada por Barthes (1978) como *linguagem literária*, que estabelece uma nova ordem para as coisas representadas, mas mantendo uma ligação com a realidade natural.

Lajolo (1982, p. 38) também cita o papel determinante da linguagem para se classificar uma obra em literária ou não:

É a relação que as palavras estabelecem com o contexto, com a situação de produção da leitura que instaura a natureza literária de um texto [...]. A linguagem parece tornar-se literária quando seu uso instaura um universo, um espaço de interação de subjetividade (autor e leitor) que escapa ao imediatismo, à predictibilidade e ao estereótipo das situações e usos da linguagem que configuram a vida cotidiana.

Chega-se, então, à conclusão de que a função da linguagem deve ser de grande importância para que uma obra, ou um texto, seja considerado criação literária.

Candido (1972) cita três funções da literatura: função psicológica, função formadora e função social, que em conjunto formam a *função humanizadora* da literatura.

A função psicológica diz respeito a sua ligação com a capacidade e a necessidade que o homem tem de fantasiar; necessidade esta que se expressa por devaneios diários que todos nós temos e que a literatura é muito rica neste aspecto.

A função formadora tem relação com a formação educacional do homem. A literatura tem a capacidade de atuar na formação dos indivíduos, pois consegue moldar as características de um indivíduo através da simples fruição da arte literária, moldando valores e ideologias.

A função social tem a capacidade de possibilitar ao leitor o reconhecimento da realidade que o cerca quando transposta para o mundo ficcional. Mas, isso só é possível quando o leitor participa diretamente da realidade expressa no texto. Essa integração proporcionada pela função social faz com que o leitor incorpore a realidade da obra ou do texto às suas próprias experiências pessoais.

Diante dessas funções da literatura, podemos perceber a importância que ela exerce no homem e em seu meio social.

Mas, a literatura só poderá exercer o seu papel e suas funções se for compreendido o seu papel e seu amplo significado. É importante destacar que, na perspectiva do letramento, as habilidades de leitura devem ser aplicadas diferenciadamente a diversos tipos de suportes e textos: “literatura, livros didáticos, obras técnicas, dicionários, listas, enciclopédias, quadros de horário, catálogos, jornais, revistas, anúncios, cartas formais e informais, rótulos, cardápios, sinais de trânsito, sinalização urbana, receitas.” (SOARES, 2010, p. 69).

Quando se fala em leitura do texto literário, segundo Paulino (2005, p. 61), devemos refletir sobre suas especificidades, sem deixarmos de levar em conta o que há de comum (as semelhanças) entre essa leitura e a de textos não-literários, já que, numa perspectiva contemporânea, “todos os domínios discursivos, sem exceção, exigiriam e desenvolveriam habilidades complexas e competências sociais de seus leitores”.

Segundo Paulino (2005), como Soares (2005), da mesma forma que existe diversidade de textos, existe, em função desses textos, diversidade de leituras, de modos de ler. Não basta defendermos a presença de diversos tipos e gêneros textuais na escola, se não levarmos em conta os diferentes modos de leitura, de acordo com determinadas especificidades do texto.

## **2. Letramento literário**

“Literacy”, do inglês, é traduzido no Brasil por “letramento” e em Portugal por “literacia”. No meio acadêmico o termo vem sendo utilizado com diferentes sentidos. Magda Soares (2010) distingue os termos alfabetização e letramento: são duas ações que possuem

elementos comuns, mas objetivo final diferentes. As duas envolvem habilidades de leitura e escrita, mas alfabetização se restringe a ter aprendido a ler e escrever, a usar o código linguístico; enquanto que o letramento implica o uso dessas habilidades para interagir no meio social onde se vive. Um sujeito letrado não apenas sabe ler e escrever, mas cultiva e exerce as práticas sociais que envolvem a escrita e a leitura.

A integração entre alfabetização e letramento em sala de aula pode ser organizada em quatro etapas do aprendizado da escrita: a compreensão e valorização da cultura; a apropriação do sistema de escrita; a leitura; e a produção de textos escritos.

No desejo de decifrar e interpretar o sentido das coisas que nos rodeiam, de perceber o mundo sob diferentes perspectivas, de relacionar a realidade com a ficção, no contato com um livro, estamos, de certo modo, lendo, embora muitas vezes não percebemos.

A capacidade de compreensão não vem automaticamente, ela precisa ser desenvolvida, exercitada e ampliada, por intermédio de atividades realizadas antes mesmo que as crianças tenham aprendido a ler. Algumas dessas atividades são: a leitura em voz alta, comentada e discutida; o contato e familiarização com diversos gêneros textuais, explicando as características desses gêneros e levando os alunos a prestarem atenção e descobrirem as relações do texto lido e seu título, por exemplo.

Atualmente, o leitor e os mediadores da leitura são o centro das discussões, já que é impossível, no trabalho com textos literários, dissociar a leitura do papel do leitor, que faz parte do processo de leitura e da construção de sentidos. Sobre essa relação do leitor com a leitura, Eco (1971) afirma que o ponto de partida do leitor diante de uma obra ficcional deve ser o pacto funcional.

Uma sociedade democrática, segundo Adorno (1995), só é possível com seres emancipados, os quais teriam capacidade de reflexão sobre sua vida e sobre a sociedade. Para a existência desses sujeitos emancipados, a leitura literária deixa de ser uma mera habilidade e se transforma numa competência essencial para a vida em sociedade. O professor como mediador, tem a função de desenvolver essa competência, desde o início do processo de alfabetização.

Ler para crianças desde o início da escolaridade é fundamental, pois é por meio dessa atividade que elas têm acesso à cultura escrita, antes mesmo de estarem alfabetizadas.

Sabemos que o domínio do sistema alfabético de escrita é necessário para formar leitores e escritores autônomos. Mas, é cada vez mais evidente, que tal domínio não é suficiente para formar bons usuários da escrita. Saber ler e escrever envolve conhecer maneiras mais adequadas de se expressar por escrito. No caso da leitura, é preciso um bom

conhecimento sobre os diferentes gêneros textuais. Bons leitores sabem a que textos recorrer, dependendo de seus objetivos em cada momento.

O contato com textos literários, especificamente aqueles voltados à cultura da infância, é uma ótima maneira de aproximar as crianças do universo da escrita.

É pela voz de um professor que as crianças se transportam ao mundo mágico da literatura, enquanto ainda não podem enfrentar os textos por sua própria conta. E é pela voz do professor que se começa a construir um leitor, pois, ao dar voz aos textos, permite não apenas que as crianças tenham acesso à história lida, mas ao modo como cada um se organiza.

Pela literatura, as crianças entram em contato com realidades distintas que lhes permitem relativizar seu próprio modo de vida, enriquecendo assim seus conhecimentos de outras épocas e lugares.

Tanto os saberes sobre o sistema de escrita como aqueles sobre a linguagem escrita devem ser ensinados e sistematizados na escola. Não basta colocar os alunos diante dos textos para que conheçam o sistema de escrita alfabético e seu funcionamento ou para que aprendam a linguagem escrita. É preciso planejar uma diversidade de situações em que possam, em diferentes momentos, centrar seus esforços ora na aprendizagem do sistema, ora na aprendizagem da linguagem que se usa para escrever.

Os desenvolvimentos das capacidades de ler e escrever não processos que se encerram quando o aluno se alfabetiza. Ele se prolonga por toda a vida, com a crescente possibilidade de participação nas práticas que envolvem a língua escrita, o que se traduz na sua competência de ler e produzir textos.

Silva (1988a) afirma que a escola forma “letores”, mas não consegue promover o desenvolvimento de leitores críticos, uma vez que, no contexto de sala de aula, a leitura é trabalhada como uma prática rotineira e mecânica. Ao sair da escola, o aluno abandona o hábito de leitura, pois tal atividade continua ligada às atividades escolares.

Pensar a leitura literária no contexto da educação básica, e mais especificamente, nos anos iniciais da alfabetização, é refletir sobre as competências que a escola deveria e necessita desenvolver.

Na sala de aula, a leitura consolida-se como atividade atrelada à obrigação da rotina de trabalho, ao passo que o ato de ler como forma lúdica e prazerosa de reconstruir mundos possíveis revela-se uma prática pouco discutida e concretizada.

O aprendizado da leitura na fase da alfabetização escolar apresenta concepções ultrapassadas e estas devem ser superadas. Ler não é simplesmente converter letras em sons ou decodificar a escrita. Ler é um processo complexo.

Muito tem sido feito para promover a escolarização da literatura no ensino fundamental, de forma adequada e que forme leitores competentes, mas tornar o hábito de leitura uma prática prazerosa é uma tarefa que tem desafiado educadores.

### **3. Práticas de leitura e edições didáticas**

Se a finalidade do trabalho com leitura na escola é levar o aluno a aprender a participar das práticas sociais de leitura que acontecem em todos os espaços, precisamos trazer para as salas de aula as práticas de leitura relevantes para a efetiva cidadania. A escola pode fazer uso dessas práticas com a finalidade de ensinar os alunos a delas participarem, para aprenderem a mobilizar conhecimentos com os quais um leitor proficiente opera nas práticas sociais de leitura.

O Ensino Fundamental I trabalha com crianças em fase de alfabetização, portanto as propostas pedagógicas devem reconhecer as crianças como seres íntegros, que aprendem a ser e conviver consigo, com os demais e com o ambiente de maneira articulada e gradual. As atividades devem possibilitar a interação entre as diversas áreas do conhecimento e os diferentes aspectos da vida.

A aquisição da língua materna oral se dá pela inserção do indivíduo na sociedade, nas relações que estabelece com os outros na vida cotidiana. Para aprender a falar, não há a necessidade de um ensino direcionado. Na escrita isso não ocorre. A linguagem escrita exige uma ação voluntária e consciente por parte da criança. Não há apropriação da escrita por mera exposição a textos, portanto será necessária a ação intencional do adulto, que irá realizar as mediações necessárias para que a criança se torne capaz de agir de forma consciente sobre a linguagem. A alfabetização é justamente esta ação intencional do adulto, que tem por objetivo a apropriação, pela criança, da capacidade de se expressar e de compreender a linguagem escrita. E em nossa sociedade, este processo ocorre na escola. Esperar que a criança se aproprie da escrita pela exposição e contato com textos se constitui em equívoco. É fundamental a ação pedagógica intencional, que contemple o ensino sistemático dos conhecimentos necessários à apropriação da linguagem escrita.

A leitura e a literatura estão sofrendo um processo de escolarização, por meio de atividades e exercícios isolados, tendo em vista o consumo de texto, sem discussões ou trocas de experiências, e as interpretações dos alunos ficam em segundo plano.

Vários autores estudam o processo de escolarização do ato de ler, levando em conta as concepções de leitura que direcionam o trabalho dos professores, e muitos chegam à conclusão que é na troca de experiências que leitor e texto interagem. Contudo a escola e as práticas escolares parecem não incentivar e estimular a função das práticas interativas de leitura, ao privilegiar atividades que desmotivam e provocam a aversão do aluno ao mundo dos livros.

Outro problema da escolarização da leitura, diz respeito ao material didático. Os livros didáticos, na maioria das vezes, ao apresentarem a compreensão textual com base em esquemas de interpretação, restringem a recepção do aluno, uma vez que o aluno não pode manifestar sua leitura.

Não é uma tarefa fácil aproximar leitura, literatura e escola, mas podemos refletir sobre a concepção de leitura norteadora de práticas pedagógicas, reavaliando nossa noção de literatura e reavaliando a prática em sala de aula.

### **Considerações finais**

O trabalho com os gêneros textuais e o ensino de estratégias de leitura precisam contribuir para a formação de leitores proficientes, que realizam boas leituras não só durante as aulas nas escolas, mas também nas diversas situações do dia-a-dia.

Cabe à escola a tarefa de permitir que os alunos se apropriem dos recursos comunicativos necessários para fazerem uso da leitura e da escrita, da linguagem oral, para se desempenharem da melhor forma possível nas tarefas linguísticas que irão necessitar em sociedade. Melhorar o nível linguístico de nossos alunos é uma necessidade primordial.

A competência leitora de nossos alunos vem caindo. Os resultados dos exames de proficiência leitora do Ensino Fundamental I, como o SAEB (Prova Brasil) e outros, apontam dificuldade da maioria dos alunos avaliados em ler e compreender textos escritos.

Desde os anos 1990, no âmbito da educação brasileira, as avaliações externas têm sido incorporadas à avaliação educacional. Essas avaliações externas são definidas, organizadas e

aplicadas por agentes externos, diferentes das avaliações escolares, concebidas e aplicadas por seus professores.

A partir das reflexões elencadas neste artigo, dois outros aspectos se evidenciaram importantes: refletir sobre o uso de edições didáticas que visam à alfabetização, o letramento e o desenvolvimento de competência leitora, essencial para a vida em sociedade; e como tais aspectos são contemplados pelas avaliações em larga escala.

## Referências

- ADORNO, Theodor W. *Educação e Emancipação*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.
- BARBOSA, José Juvêncio. *Alfabetização e leitura*. São Paulo: Cortez, 1994.
- BARTHES, Roland. *Aula*. Trad. De Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 1978.
- BRITTO, Luiz Percival Leme. Leitor Interditado. In: MARINHO, Marinho; SILVA, Ceris Salete Ribas da (Org.). *Leituras do Brasil*. Campinas, SP: Mercado de Letras - Associação de Leitura do Brasil – ALB, 1998, p. 61 a 78.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.
- \_\_\_\_\_. A literatura e a formação do homem. *Ciência e Cultura*. São Paulo: USP, 1972.
- CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger. (Org.). *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 2002. v. 1 (Coleção Múltiplas Escritas).
- CARVALHO, Marlene. *Alfabetizar e letrar: um diálogo entre a teoria e prática*. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- CHARTIER, Roger. (Org.). *Práticas da Leitura*. Tradução: Cristiane Nascimento. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- CORRÊA, Manoel Luiz Gonçalves; BOCH, Françoise. (Org.). *Ensino de Língua: representação e letramento*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006. (Coleção ideias sobre linguagem).
- COSSON, Rildo. *Letramento Literário: teoria e prática*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.
- CULLER, Jonathan. *Teoria Literária: uma introdução*. São Paulo: Beca Produções Culturais Ltda., 1999.
- ECO, Umberto. *A estrutura ausente*. Trad. Pérola de Carvalho. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- KLEIMAN, Ângela. *Oficina de Leitura: teoria e prática*. Campinas: Pontes, 2001.
- LAJOLO, Marisa. *O que é literatura*. São Paulo: Brasiliense, 1982. (Col. Primeiros Passos).
- MORTATTI, Maria do Rosário Longo; FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. (Org.). *História do ensino de leitura e escrita: métodos e material didático*. São Paulo: Editora UNESP; Marília: Oficina Universitária, 2014.
- PAIVA, Aparecida; MARTINS, Aracy; PAULINO, Graça; VERSIANI, Zélia. (Org.). *Leituras Literárias: discursos transitivos*. Belo Horizonte: Ceale; Autêntica, 2008. (Coleção Literatura e Educação).
- PAULINO, Graça. Algumas especificidades da leitura literária. In: PAIVA, Aparecida et al. (Org.). *Leituras literárias: discursos transitivos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: língua portuguesa/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: 1997.
- SÃO PAULO. (Estado). *Secretaria Estadual da Educação. Resolução SE – 86 de 19/12/2007*. São Paulo, 2007.
- \_\_\_\_\_. Secretaria Estadual da Educação. Resolução SE 66 de 21/08/2009. São Paulo, 2009.
- SILVA, Lílian Lopes Martins da. A revista leitura: Teoria e prática e o professor - Um leitor em formação. In: MARINHO, Marinho; SILVA, Ceris Salete Ribas da (Org.). *Leituras do*

- Brasil*. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil – ALB, 1998, p. 110 a 123.
- SILVA, E. *Elementos da pedagogia da leitura*. São Paulo: Martins Fontes, 1998a.
- SOARES, Magda. *Alfabetização e Letramento*. São Paulo: Contexto, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Letramento: um tema em três gêneros*. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.